



## CONGRESSO

# Senado limita isenção a empresas de eventos

Aprovado por acordo, novo Perse reduz número de setores beneficiados de 44 para 30, em vitória da equipe econômica

» ÁNDREA MALCHER  
» RAFAELA GONÇALVES

Jonas Pereira/Agência Senado



Em uma vitória da equipe econômica, o Senado Federal aprovou o projeto que reduz a quantidade de empresas beneficiadas pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A matéria passou em votação simbólica, sem registro formal dos votos. O número de setores contemplados, atualmente em 44, cairá para 30, de acordo com o projeto, que seguirá para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Após acordo costurado entre governo e Câmara, foi possível estipular um limite de gasto de R\$ 15 bilhões com as isenções fiscais até 2026. A relatora do projeto, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), rejeitou as 13 emendas apresentadas, mantendo o texto aprovado pelos deputados. A duração do programa foi limitada a dezembro de 2026.

Ribeiro chegou a se reunir com representantes dos setores de eventos e de turismo para ouvir sugestões e chegou a divulgar que os empresários encontraram consenso nas mudanças apresentadas pela senadora. Caso fossem aprovadas as alterações da senadora, o texto teria de voltar para a análise dos deputados. “Em uma semana híbrida, a gente tem dificuldade de conversar com os líderes, e isso angustiou muito mais o setor para que não houvesse a mudança no texto, mesmo a gente podendo fazer melhorias e tentando, de alguma forma, ser justa, porque era só atualização da inflação durante esse período que tinha sido inicialmente conversado na Câmara, mas não tinha dado tempo de fechar. Então, vamos dizer que a pressão fez com que a gente fizesse esse resultado final”, explicou a relatora. Segundo ela, houve por parte

Na véspera do feriado de 1º de Maio, em um plenário esvaziado, as lideranças partidárias aprovaram o novo Perse por acordo e voto simbólico

do governo o apelo para que o texto permanecesse como veio da Câmara. Assim, o Planalto se comprometeu em não vetar o PL. “Houve um apelo do ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad com relação ao impacto fiscal, que isso daria um impacto maior, a correção pela inflação. Foi um apelo com relação à questão da inflação”, revelou Daniella, que reforçou a intenção do Congresso de votar “várias matérias que vem dando condições ao governo de fazer encaixes (no Orçamento), para poder entrar recurso”.

Fernando Haddad agradeceu ao Congresso pela aprovação com a limitação de gastos.

Em princípio, a ideia da equipe econômica era a de restringir a ajuda ao setor de eventos e turismo enquanto durasse a pandemia de covid-19. O encerramento do programa enfrentou resistência dos parlamentares, e fez com que o governo recusasse e apresentasse um caminho alternativo, com a limitação do escopo da isenção fiscal.

“Quero agradecer mais uma vez à Câmara e ao Senado pelo fato de terem aprovado essa restrição que foi feita ao Perse, com regras que filtram o programa, estabelecem uma governança e o colocam dentro do Orçamento. Agora, temos um programa

com renúncia de R\$ 5 bilhões por ano”, disse o ministro, em coletiva de imprensa, em São Paulo.

### “Nem aqui nem ali”

Em um aceno aos congressistas, Haddad afirmou que o governo ter recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF) enquanto as negociações políticas sobre os temas ainda estavam em curso foi “um erro”. “Eu agradeço tanto ao (presidente da Câmara) Arthur Lira como ao (presidente do Senado) Rodrigo Pacheco, que disciplinaram e moralizaram um programa que estava dando muito problema,

não por culpa do Congresso, mas porque o desenho permitia que ele fosse burlado. Isso foi definitivamente corrigido.”

No plenário, o líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), lembrou que a medida foi criada, em 2021, como um meio para socorrer os setores de eventos e turismo na pandemia e, portanto, “cessado esse advento, se entendeu que deveria voltar ao normal”. “Mas, a vida democrática é isso. A Fazenda e outros setores do governo sentaram-se com o setor empresarial responsável e, como tudo na democracia, não foi nem aqui nem ali. Foi no meio do caminho,



Quero agradecer mais uma vez à Câmara e ao Senado pelo fato de terem aprovado essa restrição ao Perse, com regras que filtram o programa, estabelecem uma governança e o colocam dentro do Orçamento. Agora, temos um programa com renúncia de R\$ 5 bilhões por ano”

Fernando Haddad,  
ministro da Fazenda

consenso ou acordo possível”, ponderou o petista.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) parabenizou o Congresso pela “grandeza de entender a necessidade de aprovar o projeto de lei que remodela o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), evitando a insegurança jurídica que poderia ser provocada”.

“Um estudo da CNC demonstra que a manutenção do Perse garante a injeção de até R\$ 244 bilhões na economia nacional por ano. Nesse sentido, a luta pela permanência do programa, fundamental ao turismo, tornou-se vitoriosa por conta da importância do setor na economia e na vida das pessoas, gerando emprego, renda e desenvolvimento para todo o País”, comentou a entidade.

## Judicialização foi “erro primário” do governo, diz Pacheco

Marcos Oliveira/Agência Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), criticou novamente, ontem, a decisão do governo de judicializar a lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e municípios menores até 2027. O senador avaliou o movimento como um “erro primário” e uma “vitória ilusória” para o Planalto. Pacheco ainda não tem previsão de encontro com o presidente Lula (PT).

O parlamentar reconhece o direito legítimo de qualquer um dos Três Poderes de recorrer à Justiça. No entanto, ele citou o movimento do governo como “precipitado”. “A questão que nós ponderamos apenas é que é um tema que está sendo discutido no ambiente da política, entre o Executivo e o Legislativo, com uma medida provisória e, depois, uma segunda medida provisória, que suprime essa parte (desoneração dos 17 setores) da medida anterior, com projeto de lei apresentado pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, com urgência constitucional imposta”, listou.

“Estamos no meio dessa discussão política, houve a precipitação do ajuizamento de uma ação. É esse o ponto que nós, de fato, atribuímos ser um erro do

governo federal, sob todos os aspectos. Porque, no fim das contas, ainda que vitorioso em uma decisão liminar ou em uma decisão definitiva, acaba sendo uma vitória ilusória. Resolve um ponto mas gera uma crise de confiança na relação entre os Poderes para outros tantos temas que pressupõem uma relação de confiança que, pelo menos da minha parte, sempre busquei externar e ensejar esse sentimento ao Poder Executivo em relação aos comportamentos do Congresso Nacional. E acaba sendo uma exposição do Poder Judiciário, que é provocado uma vez mais pela política para dirimir problemas que são típicos e próprios da política”, pontuou Pacheco.

### Mal-estar

O senador desmarcou um almoço mais cedo com os líderes da base do governo na Casa, mas justificou que se encontrou com Marcelo Castro (MDB-PI) para tratar do novo Código Eleitoral, mas, ao longo do dia, circulava que o mal-estar teria sido o real motivo.

Pacheco garantiu que não há “nenhum tipo de retaliação” ao governo e citou o retorno do projeto de lei que recria o DPVAT — e



pode abrir um crédito de R\$ 15 bilhões para que o governo pague emendas parlamentares — à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mais cedo, o relator da matéria, Jaques Wagner (PT-BA), leu seu parecer, com um pedido

de vista acordado pelo presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-AP), desde o começo da sessão.

Pacheco disse que o Planalto apresenta um “rigor normativo” que “não se sabe se foi

aplicado a outros tantos projetos do próprio governo”.

O presidente do Senado vem sendo um importante aliado de Lula e Haddad na aprovação da agenda econômica, fator que foi lembrado mais uma vez



Houve a precipitação do ajuizamento de uma ação, esse é o ponto que nós, de fato, atribuímos ser um erro do governo sob todos os aspectos. No fim das contas, ainda que vitorioso em uma decisão liminar ou em uma decisão definitiva, acaba sendo uma vitória ilusória”

Rodrigo Pacheco,  
presidente do Senado

aos jornalistas, ontem. Um contraponto ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que criticou abertamente o ministro responsável pela articulação política com o Congresso, Alexandre Padilha. (AM)